

Território, conhecimento tradicional e sobrevivência: análise do caso do Povo Arara (Karib) da TI Cachoeira Seca



Diego Fernando Builes Puertas¹

RESUMO

No Brasil, para justificar a imposição a apropriação do território e da biodiversidade com projeção econômica, muitas das iniciativas oficiais têm sido acompanhadas de discursos desfavoráveis para os povos indígenas e tradicionais, relacionados com “território vazio” ou habitado por “despossuídos de conhecimento útil para a civilização”. O caso do povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca exemplifica essa situação. O objeto deste artigo é analisar as informações documentais sobre o território de perambulação dos Arara, os relatos da memória coletiva sobre o contato com os karei (não indígenas). Conclui-se que a área escolhida para a construção da Transamazônica BR-230 não era um território vazio e sim ocupado historicamente pelos grupos Arara. Também se reflete sobre a construção de estratégias do conhecimento tradicional para a dispersão dos grupos no território e para o aproveitamento dos recursos da biodiversidade, que prioriza a sazonalidade e a produtividade das espécies para a alimentação e sobrevivência. Discute-se sobre a importância destas elaborações do conhecimento tradicional para diferentes campos do conhecimento científico e do ideário da sustentabilidade, em oposição às lógicas de desenvolvimento que priorizam o lucro econômico e desatendem os impactos socioambientais. Em tempos de mudanças climáticas e crise ambiental, esse desatendimento afeta tanto os direitos constitucionais desses povos indígenas, quanto os direitos ambientais da sociedade brasileira. As informações apresentadas fazem parte da dissertação de doutorado, no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFGA), intitulada “Tjinam Idybry gap pom mo” (Nosso Território com morro grande): histórias, memória coletiva e percepções sobre o território e a biodiversidade entre os arara (Karib) da TI Cachoeira Seca.

Palavras-chave: TI Cachoeira Seca. Povo Arara. Uso do território. Transamazônica. UHE Belo Monte.

¹ Discente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará. Brasil. Email: dfbuilesp@gmail.com.

ABSTRACT

In Brazil, to justify the hegemonic imposition on lands with economic projection, many of the official e private initiatives have been accompanied by discourses, related to: “empty territory” or occupied by “those who lack knowledge useful to civilization”, which created unfavorable conditions for indigenous and traditional people who had lived in these territories for several generations. The case of the Arara people of the Cachoeira Seca Indigenous Land exemplifies this situation. The objective of this article is to analyze the documentary information about the territory where the Arara roam, the histories of the collective memory about the contact with the karei (non-indigenous people) and the elaboration of traditional knowledge for the use of the territory and survival. It is concluded that the area chosen for the construction of the Trans- Amazonian Highway BR-230 was not an empty territory, but rather one historically inhabited by the Arara groups. It also reflects on the construction of traditional knowledge strategies for the dispersion of groups in the territory and for the use of biodiversity resources, which prioritizes the seasonality and productivity of the species for food and survival. It discusses the importance of these elaborations of traditional knowledge for different fields of scientific knowledge and the sustainability principles, in contrast to the logics of development that prioritize economic profit and disregard socio-environmental impacts. In times of climate change and environmental crisis, this lack of attention affects both the constitutional rights of these indigenous peoples and the environmental rights of Brazilian society. The information presented is part of the doctoral dissertation, in the postgraduate program in Sustainable Development of the Humid Tropics (NAEA/UFPA), entitled: “Tjinam Idybry gap pom mo” (Our Territory with a big hill)”: stories, collective memory and perceptions about the territory and biodiversity among the Arara (Karib) people of the Cachoeira Seca IT.

Keywords: Cachoeira Seca Indigenous Land. Arara people. Territory use. Transamazonian highway BR-230. Belo Monte hydroelectric power plant.

INTRODUÇÃO ²

O povo Arara (*Karib*) do Pará foi contatado oficialmente pela Frente de Atração Arara (FAA), estabelecida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) em 1971, após diversos incidentes durante a execução do Programa de Integração Nacional (PIN) para a colonização e desenvolvimento econômico, implementados pelo governo militar da época (Milanez, 2015; Monteiro, 2020, Tonacci, 1980). O PIN contemplava a instalação de milhares de famílias do nordeste e de outras regiões do Brasil, a partir de projetos de colonização oficial e privada, que contavam com um atestado oficial de certidão negativa, de presença de povos indígenas (Santos, 2017). Esses projetos de colonização teriam seu eixo articulador na construção de infraestrutura de comunicação de estradas e rodovias, que contavam com um sistema de travessões interconectados para permitir a ocupação das áreas adjacentes aos traçados e o acesso aos recursos da biodiversidade que serviam tanto para a alimentação de trabalhadores e colonos, quanto para a integração no sistema econômico de exploração de produtos aceitos no mercado, como madeiras (Milanez, 2015, Santos, 2017).

Foi durante os estudos e construção do traçado da transamazônica BR-230 que diversos incidentes e conflitos deram visibilidade à presença dos grupos Arara que defendiam seus locais de perambulação, de assentamento e de instalação de seus roçados (Tonacci, 1980). De acordo com as informações, a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), tinha cortado o território desse povo no meio (Milanez, 2015; Santos, 2017), e de vez, imposto uma barreira física para a comunicação entre os subgrupos espalhados no seu território (Tonacci, 1980). Também, trouxe novos competidores para o acesso aos recursos alimentícios e os locais de ocupação. Essa imposição hegemônica se baseava no discurso oficial que descrevia a Amazônia como um “vazio demográfico”, o qual era necessário colonizar e realizar obras de infraestrutura para o desenvolvimento econômico (Milanez, 2015; Monteiro, 2020). Nesse marco, e com a intenção de garantir a continuidade do PIN e a construção da Transamazônica, foi criada a Frente de Atração Arara (FAA) (Tonacci, 1980; Milanez, 2015).

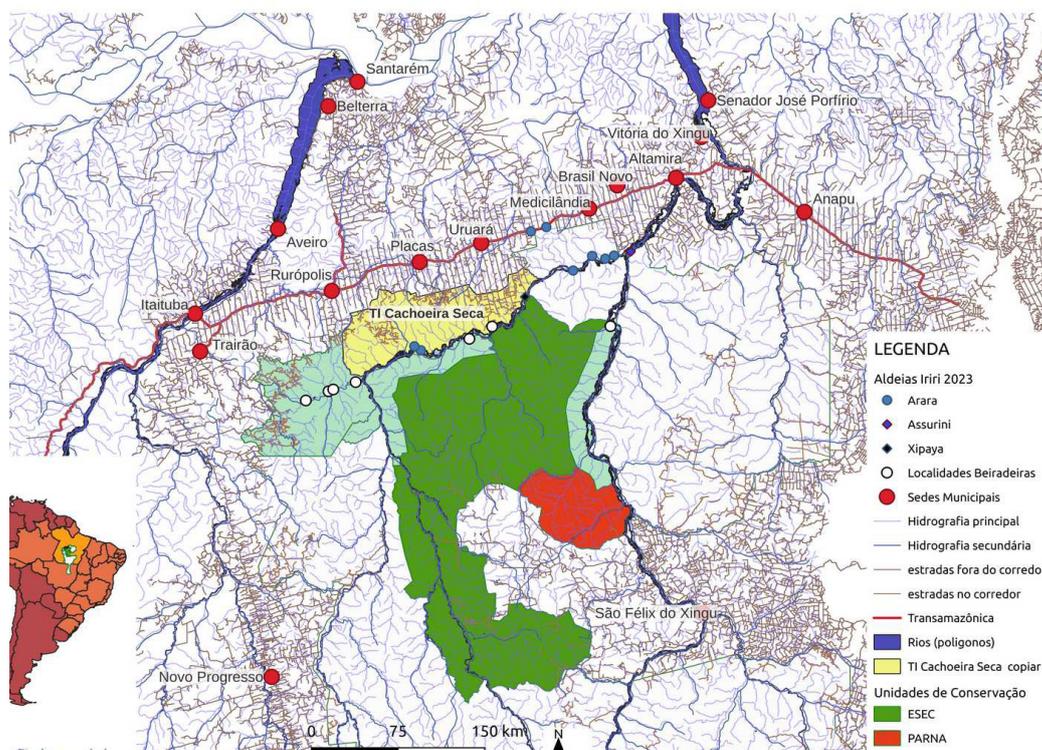
Segundo informações, a FAA conseguiu o contato oficial com os grupos Arara (*Karib*) em 1982, 1983 e 1987. Os contatos com os dois primeiros grupos foram nas redondezas do traçado da Transamazônica BR-230, entre os municípios de Medicilândia e Uruará. Esses grupos de contato inicial foram deslocados ao outro lado do traçado da Transamazônica, na margem do rio Iriri, perto de sua foz com o Xingu, para um posto de vigilância (PV) da FAA, conhecido como Laranjal. Isto com a finalidade de evitar a continuidade dos conflitos com os trabalhadores e as levas de colonização pública e privada (Milanez, 2015, Tonacci, 1980). Na atualidade, esses grupos conformam as aldeias da Terra Indígena (TI) Arara. Por sua parte, o contato com o grupo de 1987 se deu nas redondezas do igarapé Cachoeira Seca, afluente do rio Iriri, isolado do traçado da Transamazônica e as áreas de colonização, por um corredor de terras. Segundo informações, o grupo se encontrava em fuga permanente, pelo barulho das máquinas funcionando permanentemente e pelo cercamento das frentes de trabalhadores e colonizadores. Esse grupo conforma a atual TI Cachoeira Seca.

2 O presente artigo apresenta conclusões preliminares no âmbito do Projeto de Pesquisa “Repartição de Benefícios Decorrentes do Acesso e Uso do Patrimônio Genético da Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados no Brasil” conduzido pelo Grupo de Pesquisa “Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais” da Universidade Federal do Pará, cadastrado no CNPq. A pesquisa integra o Projeto “Biodiversidade, conhecimento tradicional, propriedade intelectual e sustentabilidade”, conduzido pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, com apoio do CNPq.

A interdição da área destinada para o grupo da TI Cachoeira Seca foi em 1985 e os limites oficiais foram declarados em 2004, após de um interrompido processo de delimitação, devido às contínuas contestações das lideranças políticas e econômicas dos municípios de Uruará e Placas, que concorriam pela adjudicação do território de perambulação tradicional deste grupo, para colonização e desenvolvimento econômico (Santos, 2017). Apesar de a homologação desta TI ter sido determinada em 2016, pelo decreto presidencial que estabelecia o usufruto exclusivo do território e da biodiversidade para a alimentação e sobrevivência cultural deste grupo Arara (Brasil, 1988; 2016), a falta de conclusão do processo de desintrusão dos não indígenas dentro desta área tem impedido a regularização fundiária desta TI e a sua inscrição no registro de bens na Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Essa lacuna jurídica permitiu a continuidade das invasões, que não têm parado desde a interdição da área na década de 1980 (Milanez, 2015; Santos, 2017; Tonucci, 1980).

Em adição, a reprodução de uma nova onda de discursos desfavoráveis para os povos indígenas e tradicionais relacionados com “território vazio” ou habitado por “povos despossuídos de conhecimento útil para a civilização”, foram divulgados oficialmente pelo bolsonarismo para colocar as atividades econômicas de exploração, a produção agropecuária e a geração de lucro acima dos direitos constitucionais de povos indígenas e tradicionais. Isso tem contribuído com o acirramento de conflitos e invasões, que resultam na proliferação de atividades ilegais como: desmatamento, exploração madeireira e criação de gado, ao interior da TI Cachoeira Seca depois de 2016 (Associação Kowit, 2022). Na atualidade, a TI Cachoeira Seca conta com 734 mil hectares (ha) homologados, numa área que abrange três municípios diferentes: Altamira (76, 27%), Uruará (17,48%) e Placas (7,06%), todos associados ao traçado da mencionada BR-230 (Mapa 1).

Mapa 1. Mapa localização atual do povo Arara da TI Cachoeira Seca



Fonte: Base de dados cartográficos do Instituto Socioambiental (ISA, 2023). IBGE (2023). Coordenadas geográficas Sirgas 2000. Elaboração cartográfica: Augusto Postigo.

A TI Cachoeira Seca também faz parte de um mosaico de áreas protegidas (APs) e unidades de conservação (UCs) conhecida como Terra do Meio, configurada assim desde a década de 2000, como uma estratégia para impedir o avanço do desmatamento e a grilagem de terras desdobradas da construção da Transamazônica BR-230 e o licenciamento da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte (Villas-Bôas, 2017). O objeto deste artigo é analisar o caso do povo Arara (*Karib*) da TI Cachoeira Seca, a partir da revisão documental das informações sobre o território de perambulação dos Arara, a recriação dos relatos da memória coletiva sobre o contato com os *karei* (não indígenas) e a análise das elaborações do conhecimento tradicional para o uso do território e a sobrevivência.

Na primeira seção, se apresentam as informações da revisão documental sobre a ocupação histórica do povo Arara (*Karib*) e sua localização geográfica na região da calha do Xingu (Clauss, 1886; Coudreau, 1896; Nimuendaju, 1946). Também, os detalhes sobre a imposição hegemônica do Programa PIN no território de perambulação dos Arara (*Karib*) e o avanço das invasões na TI Cachoeira Seca a partir da Transamazônica BR-230 (Milanez, 2015; Monteiro, 2020; Santos, 2017; Tonacci, 1980).

Na segunda seção, se apresentam detalhes sobre a conformação da Frente de Atração Arara (FAA) e o contato oficial com os Arara (Milanez, 2015; Monteiro, 2020; Tonacci, 1980), além das reconstruções de relatos da memória coletiva sobre a ocupação do território e o contato histórico com os *karei* (não indígenas) (Builes-Puertas, 2024a). Na terceira seção, se discorre sobre a síntese das elaborações da cosmogonia que explicam a estrutura da ocupação e a mobilidade dos grupos espalhados no território (Teixeira-Pinto, 1997), e se complementa com a sistematização e análise das informações sobre o acervo de conhecimento tradicional para o uso do território e da biodiversidade, estreitamente relacionadas com a sazonalidade e o comportamento das espécies biológicas e sua produtividade (Builes-Puertas, 2024b).

Conclui-se que a área escolhida para a construção da Transamazônica BR-230 estava sobreposta ao território ocupado historicamente pelos grupos Arara. Também se reflete sobre a construção de estratégias a partir do acervo de conhecimento tradicional, que determinaram um sistema de dispersão e concentração dos grupos para o melhor aproveitamento dos recursos da biodiversidade no território. Discute-se sobre a importância destas elaborações do conhecimento tradicional para diferentes campos do conhecimento científico e do ideário da sustentabilidade, em oposição às lógicas de desenvolvimento que priorizam o lucro econômico e desatendem aos impactos socioambientais.

Esses elementos também contribuem com o esvaziamento dos discursos de “território vazio” ou habitado por “povos despossuídos de conhecimento útil para a civilização”, que têm sido usados para justificar a imposição hegemônica sobre seus territórios. Um esvaziamento permanente desse tipo de discursos já foi recomendado por Carneiro da Cunha (2002), pela capacidade de reprodução através dos diferentes períodos políticos do Brasil, desde a colônia até a atualidade.

DIÁSPORA E ESQUARTEJAMENTO DO TERRITÓRIO DOS GRUPOS ARARA PELO PIN E A TRANSAMAZÔNICA

As informações de Nimuendaju (1948), sobre suas expedições aos rios Xingu, Iriri e Curuá, entre os anos 1916 e 1919, quando realizou levantamentos sobre os povos Juruna, Xipaia, Kayapó e Arara, resultam interessantes para analisar a diáspora deste último povo. Curt

Nimuendaju fazia parte do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910, com os objetivos de promover uma melhor distribuição espacial da força de trabalho e administrar os conflitos indígenas resultantes da expansão das redes de comunicação telegráfica e ferroviária (Brasil, 1910). Esses conflitos estavam relacionados, principalmente, com a especulação e a grilagem de terras (Milanez, 2015), facilitada pela falta de disposições adequadas para o registro e a demarcação de terras particulares (De Figueiredo, 2013).

Segundo suas informações, os quatro povos mencionados acima eram parte dos últimos ocupantes na região do Xingu, que consistia em um conjunto maior de povos, dos quais muitos não teriam resistido às pressões do contato com os não indígenas, iniciadas com as instalações missionárias desde 1639. De acordo com Nimuendaju (1948), interlocutores do povo Juruna, teriam lhe informado que, na sua memória coletiva, os grupos Arara teriam se mobilizado para a região da Volta Grande, pelas pressões dos grupos Kayapó, que os obrigaram ao abandono de seus assentamentos permanentes num igarapé da margem direita à montante do Rio Xingu. Posteriormente, em 1853, um grupo deste povo, composto por aproximadamente 300 pessoas, sem contar as crianças, teriam chegado mais abaixo da Volta Grande, e cruzado à margem esquerda do Xingu, evitando os conflitos com os Juruna (Nimuendaju, 1948).

Na margem esquerda do Xingu, teriam convivido por algum tempo entre seringueiros que colonizaram diferentes colocações e barracões dos seringais desta região, durante o auge da borracha da seringueira (*Hevea brasiliensis*) (Clauss, 1886; Coudreau, 1896; Villas-Bôas et al. 2017). Após, em 1861, teriam alcançado outras localidades dessa margem, abaixo da Volta Grande, e permaneceram lá até 1862, quando abandonaram esses locais e desapareceram devido aos conflitos com esses seringueiros não indígenas.

Em 1884, na viagem de Karl von den Steinen, outros grupos Arara foram registrados ocupando a terra firme da margem esquerda do Xingu, entre a foz do Rios Ambé e a foz do Rio Iriri, acima da Volta Grande (Clauss, 1886), e em 1896, a viagem de Henri Coudreau, produziu uma cartografia com referência a vários elementos topográficos que fazem menção às áreas de assentamento e perambulação dos grupo Arara, na margem esquerda do Rio Xingu acima da Volta Grande e na margem esquerda do rio Iriri, acima de sua foz com o Xingu. A cartografia também inclui referências com toponímia dos Arara, que podem indicar uma conexão entre locais de ambas as margens do Xingu, nas proximidades da foz do rio Iriri (Coudreau, 1896).

No entanto, Nimuendaju (1948) menciona que, após 1897, os grupos que ocupavam a margem esquerda do Xingu acima da Volta Grande teriam sofrido uma divisão interna e abandonado esses locais por conflitos com os não indígenas dos barracos e colocações seringalistas (Nimuendaju, 1948). Segundo o autor, após a divisão interna, uma fração continuou ocupando a margem esquerda do rio Iriri, acima da foz com o Xingu, e a outra fração teria se deslocado em direção à terra firme, nas nascentes do igarapé Curuá-Uma, afluente da margem direita do rio Amazonas. Ambos os grupos resistiram às correrias, aos ataques e aos conflitos provocados pela expansão seringalista nas calhas do Tapajós e do Iriri por vários anos, até que não foi mais registrada sua presença, e as últimas informações sobre os grupos que cruzaram a margem esquerda, consistiram em registros de clareiras e outros vestígios de sua ocupação.

A partir disso, os grupos Arara da margem esquerda do Xingu e do Iriri só voltaram a ser registrados na década de 1960, quando o governo político da ditadura militar executava o Projeto de Integração Nacional (PIN) e construía a Transamazônica BR-230 (Milanez, 2015; Monteiro, 2020; Santos, 2017; Tonacci, 1980), no imenso interflúvio delimitado pelos

rios Tapajós, Amazonas, Iriri e Xingu. O PIN tinha previsto a promoção da colonização desse interflúvio a partir de programas públicos para a criação de agrovilas e programas privados para a implantação de sistemas econômicos, entre os quais se incluíam as atividades agropecuárias e as de exploração extrativa, devido às necessidades de despejo da vegetação natural, para a execução das obras (Milanez, 2015; Santos, 2017).

Esses programas de colonização tiveram seu eixo articulador na construção da Transamazônica BR-230, que por sua vez teria um sistema de travessões interconectados, para a ocupação das áreas adjacentes e o acesso aos recursos da biodiversidade, tanto para a integração ao sistema econômico de exploração, quanto para a alimentação e sustento econômico dos colonos e trabalhadores. De acordo com Milanez (2017), milhares de quilômetros quadrados foram desmatados e substituídos por pastagens para a atividade pecuária até a década de 2010, porque a exploração madeireira era uma das principais atividades do sistema econômico durante esse período. Outras economias de exploração, como a dos minerais e do petróleo, também estavam na perspectiva (Milanez, 2015, Santos, 2017).

Segundo Santos (2017), tanto a colonização pública quanto a colonização particular contempladas no PIN, já tinham sido definidas e regulamentadas no estatuto da terra em 1964. O estatuto regulava os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola (Brasil, 1964), mas segundo a autora, foi direcionada para garantir a hegemonia e o controle das terras da União. Isso ocorreu pelo seu resultado na reprodução dos modelos de grandes propriedades rurais para as atividades agropecuárias e pela participação dos empreendimentos privados nos programas de colonização particular, que favoreceram a especulação do mercado de terras, que rapidamente se articulou com a grilagem.

Os estudos e levantamentos para a construção do traçado da Transamazônica BR-230 e seu sistema de travessões de até 20 km de longitude cada um, começaram na década de 1960. Contudo, a colonização oficial de seu traçado começou a ser efetivada desde 1970, com o enfoque político de atender às necessidades sociais da seca nordestina, mas instalando levas colonizadoras de várias partes do país. Em adição, a colonização particular começaria a partir de 1974 e o estatuto da terra (Brasil, 1964) definia que essa modalidade particular deveria ser executada por uma firma que promoveria o aproveitamento da terra no modelo de “empresa particular” e receberia estímulos como: terras disponíveis, financiamento ao longo prazo, disponibilidade de mão de obra, recursos de infraestrutura e capacitação de agricultores, entre outros benefícios (Santos, 2017). A finalidade da colonização particular era completar e ampliar a ação estatal na política de colonização e acesso facilitado à propriedade rural (Brasil, 1964; Santos, 2017).

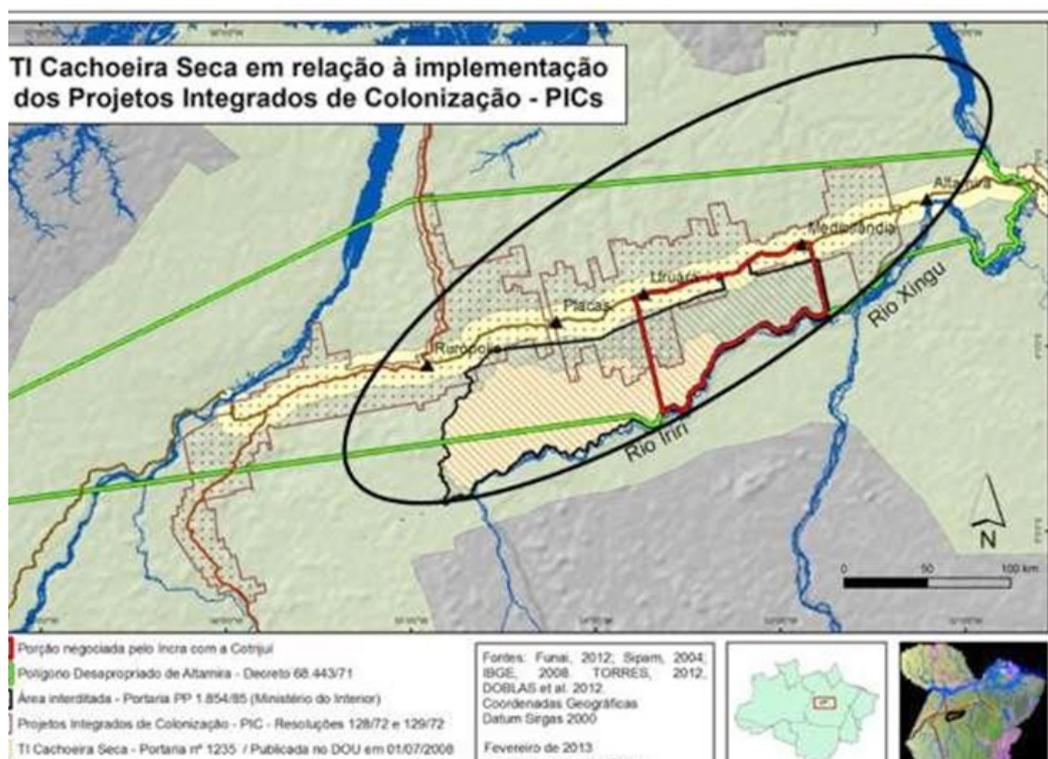
Posteriormente, em 1976, ocorreu a emissão das instruções especiais do INCRA, que estabeleceram os critérios para a alienação de terras da União e dos municípios, para atender às empresas particulares e cooperativas agropecuárias de colonização. Nesse marco, em 1977, a Cotrijuí, uma cooperativa de pequenos agricultores da região sul brasileira, recebeu 400 mil hectares do polígono desapropriado de Altamira (PDA), para a implantação de um projeto de colonização particular voltado para duas mil famílias, numa área compreendida entre a Transamazônica e o rio Iriri (Santos, 2017).

Segundo Santos (2017), a distribuição do polígono desapropriado do município de Altamira não teve em conta a presença do povo Arara, e tanto as áreas destinadas para a construção da transamazônica e seu sistema de travessões, quanto as destinadas para a colonização pública e privada, recebiam atestado oficial de certidão negativa da presença de povos

indígenas, mesmo com histórico tão prolífico da habitação indígena no interflúvio dos rios Tapajós, Amazonas, Iriri e Xingu (Coudreau, 1897; Nimuendaju, 1948).

No caso particular dos grupos Arara, complementando a análise espacial de Santos (2017) sobre a TI Cachoeira Seca em relação aos Projetos Integrados de Colonização (PICs), com uma estimativa da área de perambulação histórica dos grupos Arara (Clauss, 1886; Coudreau, 1897; Nimuendaju, 1948), identificada dentro da linha negra, pôde-se evidenciar melhor a sobreposição das obras da Transamazônica BR-230 e dos PICs, que resultou no posterior esarteamento do território dos grupos Arara. Em detalhe, a área delimitada com a linha verde corresponde com o polígono desapropriado do município de Altamira. Nesse polígono, o Governo Federal dispôs a construção da Transamazônica BR 230, identificada com cor clara entre os municípios de Altamira e Rurópolis (Figura 1).

Figura 1. Mapa da localização do polígono desapropriado do município de Altamira, onde se implementaram os Programas Integrados de Colonização oficial (PICs) e os programas de colonização particulares como o da Cotrijuí



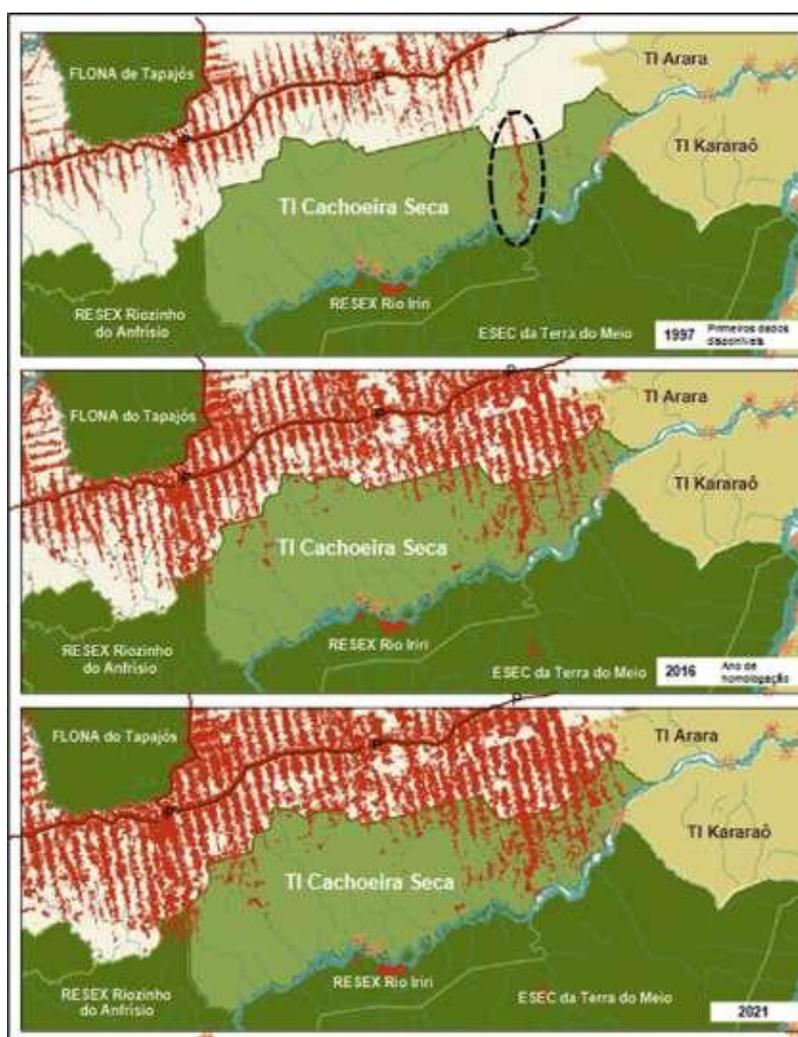
Edição: Diego Fernando Builes Puertas. Fonte: Santos (2017). Fontes históricas: Clauss (1886); Coudreau (1896); Nimuendaju (1948).

A área delimitada pela linha vermelha corresponde com o polígono destinado para os empreendimentos particulares da Cotrijuí, entregue, mediante contrato com o INRA, assinado no dia 17 de março de 1977. As áreas ponteadas localizadas em ambas as margens do traçado da BR-230, eram as destinadas para a instalação dos PICs, para a implantação e criação de agrovilas e outros municípios associados como: Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Rurópolis e Trairão. Santos (2017) também identifica, com o traço azul obscuro, a área interdita pela Frente de Atração Arara (FAA) da Funai em 1984, onde não se permitia a colonização, a realização de trabalhos, nem a atividade extrativa. Dessa

forma, alguns polígonos destinados aos PICs e toda a área contratada com a Cotrijuí, ficaram sujeitos às restrições e suspensas suas atividades (Ver figura 1).

Os trabalhos de atração dos grupos Arara tinham começado desde 1971, sem resultados positivos, no entanto, uma nova chefia que assumiu no início da década de 1980, teve maior sucesso, conseguindo o contato oficial com os primeiros grupos em 1982 e 1983, os quais conformam a atual TI Arara. Antes disso, em uma coincidência de temporalidade com a suspensão das atividades da FAA entre 1981 e 1982, a Cotrijuí, prevendo a iminente interdição da área, negociou um trecho do limite oeste do seu polígono com a empresa madeireira Madernach Indústria, Comércio e Exportação de Madeira, mais conhecida como “Bannach”. A Bannach tinha concessões madeireiras numa área na margem direita do rio Iriri, pelo que inicia conversações com o INCRA, para conseguir a autorização para a abertura de uma estrada que prolongasse o travessão 185, até a beira do rio Iriri, hoje conhecida como “Transiriri”(Figura 2).

Figura 2. Prolongação do Travessão 185: “Transiriri” até o porto de Maribel na margem do rio Iriri e progressão histórica das invasões da TI Cachoeira Seca a partir dos travessões da Transamazônica BR 230, desde 1997 até 2021



Edição: Diego Fernando Builes-Puertas. Fonte: Protocolo de Consulta do Povo Arara da TI Cachoeira Seca. Kowit (2022). Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2022/04/protocolo-cachoeira-seca-web.pdf>

Segundo as conversações entre o INCRA e a empresa particular, a abertura dessa estrada contribuiria com o êxito dos planos oficiais de colonização, e de vez ajudaria nos interesses de exploração madeireira da empresa (Santos, 2017). De acordo com Santos (2017), a Bannach não só realizou atividade madeireira nas terras onde tinha suas concessões, também o fez em ambas as margens da chamada Transiriri, na área que seria interdita. De fato, as informações levantadas pela autora confirmam que durante a abertura desta estrada, famílias de colonos se foram instalando espontaneamente ao longo deste traçado e se articularam como mão de obra da exploração profusa e permanente de espécies de madeira de lei como o mogno (*Swietenia macrophylla*), escoadas livremente por essa estrada, antes da interdição da FAA em 1984.

De acordo com Santos (2017), os políticos locais de municípios, como Uruará, Medicilândia e Brasil Novo e as forças econômicas das cooperativas de produtores particulares, também incentivaram as famílias para a ocupação, e se opuseram diretamente durante o processo de delimitação da TI Cachoeira Seca, que se estendeu desde 1994 com a primeira proposta de limites até a declaratória da TI em 2008. Nesse marco de “choque de trens” entre as políticas oficiais, umas, direcionadas para a colonização e desenvolvimento econômico, e outras, para a proteção dos territórios tradicionalmente ocupados pelas populações indígenas, se deu a história do contato oficial, a demarcação e a homologação da TI Cachoeira Seca, em 2016, cujos efeitos colaterais continuam na atualidade, colocando a necessidade iminente de conclusão da regularização fundiária e a desintrusão da ocupação não indígena ao interior desta TI.

DEFESA DO TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA AO CONTATO E ÀS INVASÕES DOS KAREI (NÃO INDÍGENAS)

Na seção anterior, uma série de conflitos foi registrada como parte da história dos grupos Arara na região da Volta Grande do Xingu. Um desses conflitos foi com outros povos indígenas, como os Kayapó e os Juruna. Os primeiros obrigaram os grupos ao abandono de seus locais de moradia a montante do Xingu, os outros provocaram a mobilização de uma fração dos grupos à margem esquerda do Xingu e entrar em contato com os não indígenas (*karei*). Esses *karei* colonizaram as margens do Xingu, do Tapajós e dos seus afluentes, durante o auge da borracha da seringueira (*Hevea brasiliensis*) desde o século XIX (Villas-Bôas et al. 2017). Segundo as informações, os grupos Arara teriam entrado em contato e convívio pacífico com grupos seringueiros desde 1853. No entanto, de acordo com Nimuendaju (1948), o convívio pacífico nunca foi permanente, e os conflitos com os seringueiros teriam provocado as sucessivas mobilizações, desaparecimentos temporais e divisões internas, até o abandono definitivo das margens dos rios Xingu e Iriri, a partir de 1917.

Contudo, segundo os relatos da memória coletiva, os remanescentes dos grupos Arara (*Karib*) continuaram a resistência de sua diáspora, refugiados nas terras altas da divisória das águas do interflúvio dos rios Tapajós, Amazonas, Iriri e Xingu, nas terras que na cartografia de Coudreau (1896) corresponderiam com a “Serra dos Arara”. O corredor dessas terras altas, orientado em sentido Leste (L)-Oeste (O), foi precisamente o escolhido pelo governo da ditadura militar da década de 1960, para a construção da Transamazônica BR-230, que seria o eixo articulador, da implementação do Programa de Integração Nacional (PIN), direcionado à colonização e desenvolvimento econômico (Milanez, 2015, Monteiro, 2020,

Santos, 2017; Torres et al. 2017). O acirramento de outra série de conflitos, desdobrados após os estudos, os trabalhos e a chegada dos colonos foram os anúncios da presença dos grupos Arara, e de sua feroz oposição à invasão de seus territórios.

Esses conflitos incluíram ataques com flecha dos grupos Arara contra extrativistas *karei* (não indígenas) que remontavam os igarapés Penetecal e Jaracuçu na procura de peixes e quelônios para a alimentação e comercialização, ou que se aproximavam das áreas de uso e assentamento desses grupos indígenas. A resposta dos não indígenas aos ataques Arara consistia em expedições armadas para emboscar os indígenas nas suas áreas de assentamento, e/ou abandono de itens alimentícios envenenados com estricnina, ou roupa contaminada com patógenos (Milanez, 2015; Tonacci, 1980). A pressão dos *karei* e o cercamento dos grupos Arara, no final da década de 1960, resultaram em dois episódios nos que os Arara responderam com ataques que incluíram o esquartejamento de suas vítimas (Milanez, 2015) e o uso de seus crânios como recompensa ritual, da mesma forma que ocorria nas guerras territoriais intertribais da região (Nimuendaju, 1948).

As informações desses ataques se espalharam rapidamente e passaram da mídia local para a internacional, deixando os grupos Arara reduzidos à categoria de “canibais selvagens”, que impediam o avanço da civilização e da integração econômica. Também deixaram as iniciativas desenvolvimentistas desse período político expostas às críticas. No entanto, no Brasil já se tinha estabelecido o caminho para atender esse tipo de situação desde 1910, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios-SPI (Brasil, 1910), transformado, em 1967, na Fundação Nacional do Índio-FUNAI (Brasil, 1967), para tutelar, assessorar e articular todos os assuntos relacionados com as comunidades indígenas assentadas em áreas de interesse político e econômico. A experiência prévia na atuação desse órgão tinha mostrado efetiva a atração forçada dos grupos arredios, como uma alternativa adequada para sua “proteção” dos impactos da modernização e do desenvolvimento, sendo reassentados os sobreviventes ao contato em áreas protegidas e reservas indígenas (Milanez, 2015).

De acordo com as informações, a criação da Frente de Atração Arara (FAA), em 1971, obedecia, em grande proporção, à necessidade de garantir a continuidade das obras da Transamazônica BR-230 e dos Programas Integrados de Colonização (PICs). Para isso, se instituiu a primeira FAA, encarregada ao sertanista de experiência, Afonso Alves da Cruz, conhecido como “Afonzinho”, que já tinha trabalhado junto com os irmãos Villas-Bôas na atração de povos indígenas no Parque Xingu (Milanez, 2015).

Nesse marco, a FAA inicia os trabalhos de atração dos grupos Arara, colaborando paralelamente com os trabalhos de ocupação desenvolvidos pelo INCRA (Santos, 2017). Sua função principal era atrair os grupos Arara, espalhados em ambos os lados do traçado da Transamazônica, no trecho desde a agrovila Brasil Novo (hoje um município) localizada no quilômetro 46 antes do município de Altamira, até aproximadamente o quilômetro 300 em direção oeste (O), no atual município de Placas (Milanez, 2015; Tonacci, 1980).

A função desta primeira FAA não foi nada fácil, levando em conta que só tinham um posto para tentar atrair os diferentes grupos espalhados nessa imensa área. Também porque a estratégia de atração consistia na realização de expedições de busca de vestígios, localização de trilhas e áreas de perambulação, para deixar itens alimentícios e ferramentas para agradar aos grupos e favorecer o contato. No entanto, essa era a mesma estratégia utilizada pelos *karei* para tomar vingança dos ataques dos Arara. Em adição, de acordo com Milanez (2015), a equipe indígena que acompanhava a FAA para servir de tradutores

era falante da língua Kayapó, antigos inimigos culturais dos grupos Arara (Nimuendaju, 1948), pelo que sempre tiveram dificuldades e constantes revides, quando as expedições da FAA se encontravam com esses grupos (Milanez, 2015). Além disso, de forma legítima, os grupos Arara defendiam ferozmente seu território tradicional de perambulação, onde tinham suas áreas de assentamento, seus roçados e suas áreas de uso.

Em 1978, a FAA conseguiu ativar a primeira interdição de uma área de aproximadamente 247.600 ha, que compreendia uma faixa de 80 km do traçado Transamazônica entre os quilômetros 80 e 160 entre os municípios de Medicilândia e Uruará (Milanez, 2015; Monteiro, 2020; Tonacci, 1980). Segundo Milanez (2015), na área interditada, estavam impedidas tanto a realização de qualquer atividade extrativista, incluído a madeira, quanto o assentamento de colonos. Porém, a exploração madeira era realizada muito perto das áreas nas que atuava a FAA e as invasões na área eram permanentes, colocando outro percalço às iniciativas de atração. De acordo com as informações da memória coletiva, os grupos Arara consideravam que os *karei* da FAA eram os mesmos que os *karei* invasores (Builes-Puertas, 2024a). Em 1979, os Arara efetivam um ataque à base da FAA e foram feridos com flecha três funcionários, incluindo Afonso Alves da Cruz, ocasionando a suspensão temporária das ações da FAA (Milanez, 2015; Monteiro, 2020; Tonacci, 1980).

Em consequência, a FAA ficou abandonada até 1982. Por suas experiências anteriores do contato e conflitos com *karei*, os Arara se prepararam para o revide, mas esse não ocorreu. Pelo contrário, o local foi abandonado e pouco tempo até, segundo seus relatos, voltou o intimidador barulho, característico dos tratores, dos motosserras e dos geradores, que acompanhava aos *karei* invasores, que iam se aproximando do local de assentamento, perto da base da FAA. Isso resulta evidente, levando em conta que, com a interrupção das ações da FAA, a área interditada ficou sem vigilância e as obras, as máquinas, os trabalhadores e a exploração madeira retomaram suas ações livremente (Milanez, 2015; Tonacci, 1980).

Segundo a memória coletiva, a partir da reativação do cercamento dos *karei*, uma nova divisão interna separou definitivamente o grupo Arara da TI Cachoeira Seca dos outros grupos que estavam concentrados e resistindo nos assentamentos dos igarapés Penetecal e Jarauçu, no trecho da Transamazônica-BR 230, entre os atuais municípios de Brasil Novo, Medicilândia e Uruará.

De acordo com as informações, em 1982, foram retomados os trabalhos definitivamente, e uma nova equipe de sertanistas profissionais, chefiada por Sydney Possuelo, em colaboração com Wellington Figueiredo, foi designada para dar continuidade às ações de atração dos grupos Arara, até o contato oficial no percurso da década de 1980 (Milanez, 2015; Monteiro; Tonacci, 1980). A nova equipe tinha uma nova estratégia de atração e apoio do Batalhão de Infantaria do Exército para colaborar com sua execução. A estratégia consistia em assegurar que a nova área interditada entre o traçado da Transamazônica e a margem do rio Iriri modificasse a perspectiva da atração forçada realizada até o momento e esperasse a aproximação gradual e voluntária dos grupos que se encontrassem nas redondezas (Milanez, 2015; Tonacci, 1980).

Para isso, se estabeleceram vários Postos de Vigilância (PVs) no traçado da Transamazônica, nos locais onde eram recorrentes os encontros com os grupos Arara, nos quilômetros 80, 100, 120 e 140, nas proximidades dos municípios de Medicilândia, Uruará e Placas e a atual agrovila Progresso, respectivamente (Milanez, 2015). Esses PVs também impediam o acesso dos *karei* às nascentes dos igarapés Jarauçu (Brasil Novo) e Penetecal (Medicilândia).

Em particular, o PV do quilômetro 120 estava muito perto do Travessão 185 (trans Iriri), onde o INCRA tinha permitido a madeireira Bannach realizar trabalhos para prolongar seu traçado até a margem do rio Iriri (Ver figura 2), durante a suspensão temporária da FAA, favorecendo a colonização espontânea e o escoamento da exploração de madeira (Milanez, 2015; Santos, 2017, Tonacci, 1980).

Outros PVs, também se instalaram na margem do rio Iriri. Um deles, num local histórico de habitação e perambulação dos grupos Arara, acima da sua foz com o Xingu (Clauss, 1896; Coudreau, 1896; Nimuendaju, 1948). Esse sítio teria sido abandonado pelos grupos Arara depois da ocorrência de conflitos com os colonizadores do auge da borracha, no final do século XIX (Nimuendaju, 1948). Este PV ficou conhecido como: “Laranjal”. Posteriormente, outro PV foi aberto à montante do Iriri, ao lado da foz do igarapé Cachoeira Seca, onde também existiam assentamentos não indígenas descendentes da colonização do ciclo da borracha (Milanez, 2017; Tonacci, 1980). Este PV ficou conhecido como PV Iriri.

A estratégia da FAA se tornou eficaz, e em 1982 e 1983 se realizaram os primeiros contatos oficiais com os grupos Arara que se concentravam nas nascentes dos igarapés Penetecal e Jarauçu, na área do traçado da Transamazônica BR-230. Para proteger os grupos recém-contatados, das pressões dos *kareí* pelas obras da Transamazônica e a instalação dos PICs, a FAA deslocou os indígenas para o PV “Laranjal”. Esses grupos, são os que atualmente conformam as aldeias da TI Arara. Posteriormente, em 1987, no PV Iriri, se realizam os primeiros contatos oficiais com o último grupo Arara, que se tinha separado dos demais grupos, durante a suspensão temporária da FAA, entre 1979 e 1982. Segundo as informações, o último grupo se encontrava cercado pelo Norte e pelo Leste pelos traçados da Transamazônica e do Travessão 185 -Transiriri (Builes-Puertas, 2024a).

Portanto, eles se encontravam em fuga permanente e resistiam ao contato com os *kareí*, incluídos os da FAA (Builes-Puertas, 2024a; Milanez, 2015; Tonacci, 1980). Impossibilitado pela barreira física imposta pelas atividades exploratórias e a colonização espontânea da Transiriri, o grupo em fuga, não conseguiu voltar nos locais de concentração das nascentes dos igarapés Penetecal e Jarauçu e continuaram sua diáspora, seguindo o corredor de terras altas, em direção oeste (O) até encontrar um local protegido por morros, que dificultavam o acesso dos *kareí* invasores (Builes-Puertas, 2024a). Esse local coincide com as nascentes do Igarapé Cachoeira Seca, afluente do Rio Iriri. No entanto, novas manifestações da presença dos *kareí*, fez que abandonassem as nascentes e se assentassem em algum lugar da calha média, na jusante desse igarapé. Desde esse último local, ocorreu o contato oficial e definitivo com a FAA, em 1987, (Milanez, 2015; Monteiro, 2020), que estava no PV Iriri (Foto 1).

Outras informações em Builes-Puertas (2024), levantadas a partir dos depoimentos da memória coletiva do grupo Arara da TI Cachoeira Seca, contém as histórias sobre a experiência de vida da matriarca, suas filhas e suas famílias, as quais conformavam o grupo no momento do contato oficial com a FAA em 1987 (Ver foto 1), também servem para ilustrar as percepções e elaborações sobre a defesa do território e a resistência ao contato com os *kareí* e suas invasões. Baseado no cálculo da idade de nascimento da matriarca, aproximadamente na década de 1920, os relatos desta memória coletiva são posteriores ao período entre 1917 e 1948, quando deixou de ser registrada sua presença nas margens do Rio Iriri, e foram considerados como possivelmente extintos (Nimuendaju, 1948). Também inclui o período entre o início dos estudos para a construção da Transamazônica BR-230 na década de 1960 e o contato oficial de 1987.

Foto 1. Imagem do contato definitivo do grupo da TI Cachoeira Seca com os servidores da Frente de Atração Arara da Funai (FAA), em 1987. Na direita, aparece Tjibie Arara, a matriarca do grupo com aproximadamente 60 anos de idade. O único vestido é o servidor da FAA Afonso Alves da Cruz.
Fotografia: Milton Guran



Fonte: Milanez, 2015.

De acordo com os relatos, os grupos Arara tinham abandonado as margens dos rios Xingu e Iriri devido ao acirramento dos conflitos com os colonizadores do auge da borracha, que se posicionaram nestas margens, desde a segunda metade do século XIX (Villas-Bôas *et al.*, 2017). Dessa forma, os grupos remanescentes dos conflitos com os seringueiros se refugiaram nas terras altas do interior do interflúvio. Os diferentes grupos familiares foram se estabelecendo em assentamentos espalhados entre as nascentes e as calhas de dois igarapés, que eles chamaram de “irmãos”, porque reconheciam que suas calhas se encontravam e continuavam juntas até a foz do Xingu. As informações históricas, desde as duas últimas décadas do século XIX, evidenciam que os grupos Arara possuíam conhecimento sobre esses locais das terras altas que conformam a divisória das águas do interflúvio Tapajós, Amazonas, Xingu e Iriri, identificando esses locais como território de perambulação dos Arara (Clauss, 1886; Coudreau, 1896; Nimuendaju, 1948).

Nesses locais do corredor de terras altas da divisória das águas do interflúvio, os grupos Arara se assentaram, estabeleceram seus roçados e identificaram as áreas produtivas para o uso alimentício, interconectadas por redes de caminhos com as áreas dos assentamentos. Lá permaneceram até as novas invasões de seu território, pelas imposições hegemônicas do PIN e construção da transamazônica BR-230. Nesse sentido, as informações (Milanez, 2015; Monteiro, 2020; Tonacci, 1980) descrevem a feroz defesa dos lugares de assentamento e das áreas produtivas como: roçados, sítios de desova e locais de pesca, evidenciando a importância desses lugares para a alimentação e sobrevivência (Builes-Puertas, 2024b).

Os relatos também indicam que, por um tempo, os grupos Arara se deixaram seduzir pelos “brindes” deixados pelos *karei* nas áreas de perambulação. Esses brindes institucionalizados pelos sertanistas do indigenismo brasileiro eram panelas, ferramentas, facas, miçangas e itens alimentícios como farinha, para iniciar processos de contato e relações de troca (Milanez, 2015; Tonacci, 1980). No entanto, a fragilidade dessas relações e os atos traiçoeiros dos *karei* provocaram o grupo da TI Cachoeira Seca, que começara a destruir sistematicamente todos os “tapirís de brindes” que encontravam nas áreas de perambulação, e realizaram outras ações para incomodar os invasores, espalhando armadilhas com pontas de taboca (*Guadua spp.*) enterradas no chão (Builes-Puertas, 2024a), confrontando diretamente, atacando com flechas. Tudo isso explica as dificuldades e os constantes revides dos grupos Arara às equipes da FAA (Milanez, 2015).

CONHECIMENTO TRADICIONAL E EFETIVAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A SOBREVIVÊNCIA

Após o contato oficial com os grupos Arara das atuais TIs Arara e Cachoeira Seca, se possibilitaram diversas pesquisas e levantamentos de informações sobre a cosmogonia, as percepções e outras elaborações do conhecimento tradicional para o uso do território e a biodiversidade. Quanto ao conhecimento tradicional, se considera como aquele acervo acumulado por muitos grupos, no processo da evolução humana. Segundo as informações de Liebenberg (2013), alguns dos primeiros caçadores-coletores anatomicamente modernos eram capazes de um raciocínio de acordo com os requisitos da ciência, elaborando e testando hipóteses permanentemente, para obter sucesso nas atividades de caça, pesca e coleta. Para sustentar esta argumentação, o autor analisa fundamentalmente o raciocínio dos rastreadores modernos africanos, com os quais têm trabalhado por vários anos (Liebenberg, 2011; 2012; 2013).

Nesse sentido, coloca que os rastreadores se imaginam e realizam abstrações na posição de sua presa, a fim de antecipar a rota que ela pode ter tomado, de acordo com seu comportamento natural. A abstração se enriquece com a detecção dos sinais indiretos como, vestígios, rastros, pegadas no chão ou nas redondezas, e se refina com o conhecimento experiencial sobre o comportamento dos animais, dependendo do contexto territorial, a estação climática, o comportamento hidrológico, o momento específico do dia ou da noite, e as fases da lua, entre outras variáveis (Liebenberg, 2013). No Brasil, os conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos de geração em geração, são atributos de grupos culturalmente diferenciados, como povos indígenas e comunidades tradicionais. Esses atributos do acervo de conhecimento tradicional, são contemplados na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), estabelecida pelo decreto 6040 de 2007 (Brasil, 2007).

Portanto, as elaborações dos grupos Arara para explicar seu mundo, a sazonalidade, a produtividade e o comportamento das espécies, para a alimentação e sobrevivência, se entendem como parte de seu acervo de conhecimento tradicional. Nesse sentido, segundo Teixeira-Pinto (1997), na cosmogonia dos grupos Arara existe uma explicação para o começo da vida na floresta. De acordo com esta construção, o povo Arara vivia em um mundo espiritual, separado do mundo de seus inimigos, pela proteção de uma “casca”. No entanto, num momento de euforia, durante uma reunião grupal, se apresentou uma feroz briga

entre alguns dos participantes, que ocasionou a fratura desta casca. Os julgados causantes deste acidente foram obrigados a abandonar o recinto espiritual, e morar ao outro lado do buraco, no espaço desprotegido. A partir disso, uma estratégia sociocultural para evitar os conflitos internos consiste na organização em grupos e subgrupos que mantêm redes de alianças e cooperação social, que permite uma maior ocupação do território e distribuição dos recursos alimentícios disponíveis.

Os animais, as plantas e outros componentes da biodiversidade também têm lugares importantes nas explicações cosmológicas e as elaborações do acervo de conhecimento tradicional dos grupos Arara (*Karib*). De acordo com Teixeira-Pinto (1997), na história cosmológica dos grupos expulsos, uma preguiça (*Bradypus spp./Choloepus spp.*) repassou seus conhecimentos sobre onde se encontravam alguns locais produtivos para a alimentação. Outras informações das construções do passado mitológico, recolhidas por De Souza (2010), indicam que os Arara consideravam que por sua ligação ancestral com sua ave emblemática, *awy* (*Ara macao*), sua reprodução biológica também era por ovos, como ocorre com essas aves. No entanto, o macaco-prego (*Cebus spp./Sapanjus spp.*) ensinou-lhes que havia outra maneira de reprodução.

Outras elaborações cosmológicas relatam que o macaco-prego tinha uma irmã que era a cutia (*Dasyprocta spp.*). Uma vez a cutia estava com fome e pediu para seu irmão alimento. Este subiu a uma grande sumaúma (*Ceiba pentandra*), quebrou uns galhos e jogou no chão. A cutia escavou no chão e plantou os galhos, dos quais se originou a macaxeira. A partir disso, os grupos Arara associaram os hábitos da cutia de escavar para esconder rações de alimento e sementes, com a plantação da macaxeira e outras espécies vegetais nos roçados, para complementar a alimentação. Quanto ao estabelecimento de roçados, as informações documentais descrevem a existência de trilhas que interconectavam os locais de assentamento com os locais onde se estabeleciam seus próprios roçados (Coudreau, 1896; Milanez, 2015; Nimuendaju, 1948, Tonacci, 1980).

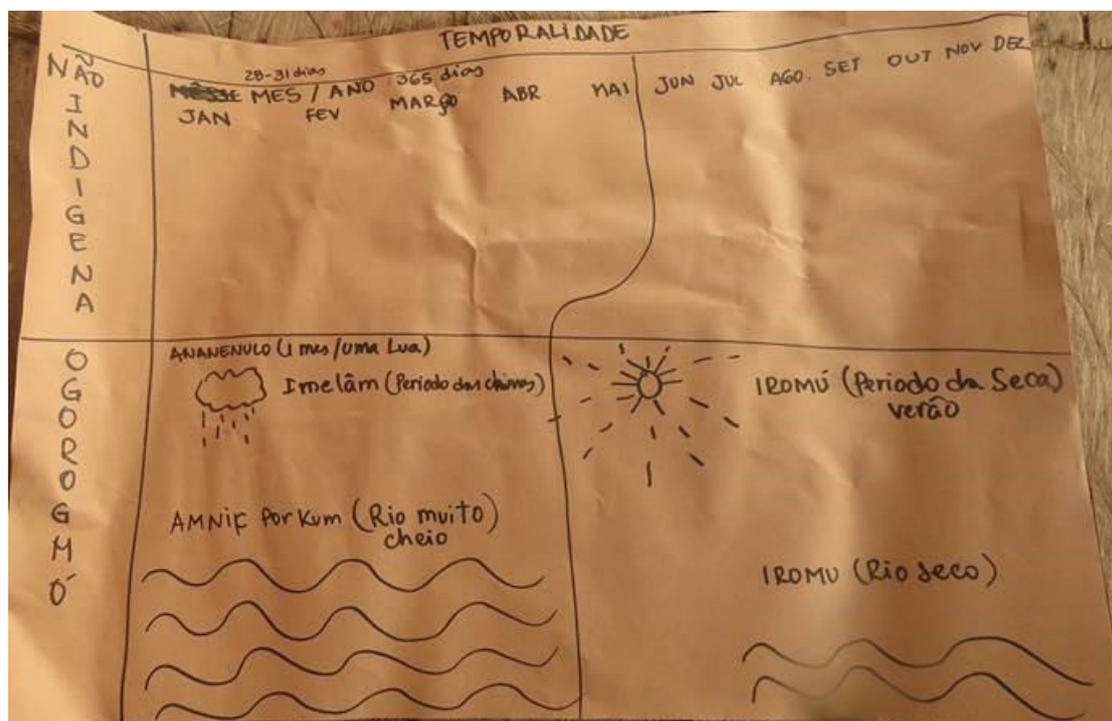
As culturas ali estabelecidas eram de várias espécies diferentes, algumas delas, em produção, e outras em formação e crescimento, evidenciando as lavouras que essa atividade exige. Os próprios sertanistas da Funai que participaram das expedições de localização, atração e contato dos Arara, confirmaram a existência dessas áreas produtivas do povo Arara e da sobreposição territorial imposta pelos planos do governo central. Em específico, mencionam que nos roçados era frequente encontrar os clássicos cultivares amazônicos de macaxeira (*M. sculenta*) e cará (*Dioscorea spp.*), mas também eram comuns banana (*Mussa spp.*), mamão (*Carica papaya*) e milho (*Zea mays*) (Milanez, 2015; Tonacci, 1980).

Outras construções do acervo de conhecimento tradicional também consideravam o entendimento da sazonalidade e de sua influência, na hidrologia e produtividade e comportamento das espécies biológicas. Nesse sentido, segundo Teixeira-Pinto (1997), os grupos espalhados para a distribuição espacial do território e dos recursos disponíveis efetivavam um mecanismo de concentração sazonal, que acontecia no período da seca, quando os grupos se reuniam para realizar o intercâmbio ritual de sustância vital (*ekuru*). *Ekuru* é um grupo de sustâncias como: o sangue, o leite materno, o sêmen e o látex das plantas, que segundo as percepções dos Arara (*Karib*), compõem os corpos dos seres que habitam o território. Dessa forma entendido, os seres do território, incluídos os Arara, vivem em uma busca permanente de sustância vital (*ekuru*) para se alimentar, de uma forma similar ao que se entende no campo da biologia como rede trófica.

Neste intercâmbio ritual de *ekuru* entre os grupos, os “residentes” aproveitavam a produtividade das culturas dos seus roçados, para a elaboração de bebida fermentada (*piktu*), que seria entregue como satisfação pela carne de caça trazida pelos visitantes. Durante esse período de concentração cultural, se estabeleciam novas alianças e se fortaleciam as redes de cooperação entre os diferentes grupos. Com o início do período das chuvas (inverno amazônico), os grupos se separavam e retornavam aos seus locais de assentamento, para atenderem suas atividades culturais e sociais cotidianas. Neste período de concentração e separação dos grupos, mediado pelo comportamento sazonal do clima e produtivo dos roçados, novos arranjos e configurações grupais e territoriais podiam ser conformados, evidenciando a alta mobilidade dos grupos, que também podia ocorrer, pelos conflitos internos e externos, como ocorrido historicamente (Nimuendaju, 1948).

O entendimento da sazonalidade também revela outras associações e construções do acervo de conhecimento tradicional utilizadas para o direcionamento das ações de caça, pesca e coleta (Builes-Puertas, 2024b). Nesse sentido, as indagações revelam que os Arara (*Karib*) da TI Cachoeira Seca reconhecem dois períodos principais para medição da sazonalidade denominados: *imelãm* ou período das chuvas, e *romu* ou período da seca. Nesses períodos, o rio tem muita água durante *imelãm*, por isto acompanhada da expressão “*amnif por kun*” (rio muito cheio). Em alternância, no período *romu*, o rio reduz muito seu nível de água, configurando novos locais de uso, como praias e pedrais. Usando a informação do calendário não indígena, *imelãm* ocorreria entre os meses de janeiro e maio; e *romu* entre os meses de junho e dezembro (Figura 3).

Figura 3. Representação esquemática da percepção da sazonalidade entre os Ogorogmó da TI Cachoeira Seca Na parte de abaixo se esquematizam os períodos *Imelãm* e *romu*, associados com o ciclo das chuvas e o comportamento das águas do rio. Na parte de cima, se representa a medição anual do calendário



Elaboração: Comunidade Aldeia Iri, com a assessoria de Iaut Arara e Arapuca Arara. Fonte: Oficinas participativas sobre formas de uso do território e a biodiversidade. Data: Março/2023.

Em adição, se evidenciou que neste acervo também se podem encontrar outras associações da sazonalidade e o comportamento hidrográfico, com locais geográficos específicos. Nesse sentido, durante *imelãm*, os corpos de água aumentam seu caudal e alagam a vegetação das margens, configurando os igapós, onde são dirigidas as ações de pesca neste período. As chuvas do período de *imelãm* também se associam com uma maior produtividade da vegetação da terra firme. Nesses locais onde espécies vegetais como a castanheira (*Bertholletia excelsa*) se encontram produtivas, as espécies animais de aves primatas e outros mamíferos de diferente porte se concentram para se alimentar. O entendimento dessa expressão fenológica da produtividade e o comportamento das espécies animais direcionam as atividades de caça e coleta nesse período.

Em alternância, durante *iromu*, as águas diminuem e se configuram as praias, poças, pedrais e corredeiras, onde são direcionados os esforços de pesca e coleta de ovos de quelônios. Nesse período, a produtividade vegetal em terra firme é reduzida, porém, algumas espécies como açaí (*Euterpe oleraceae*) permanecem produtivas, configurando os possíveis locais de alimentação da fauna. Também, pequenos córregos de água associados com “barreiros”, que são locais de afloramento de sais minerais fundamentais para a alimentação e metabolismo das espécies biológicas, concentram a presença de espécies de grandes mamíferos como anta (*Tapirus terrestris*), porco de mato (*Tayassu pecari*), veados (*Mazama spp.*) e felinos, como a onça (*Panthera onça*). Nesses locais, são direcionados os esforços de caça e coleta durante este período.

Outro elemento importante que se evidenciou neste acervo de conhecimento tradicional dos Arara da TI Cachoeira Seca foi a capacidade de identificação dos locais de distribuição das espécies vegetais mais usadas dentro de seu território e de sua produtividade sazonal. Nesse sentido, reconhecem que os castanhais (*Bertholletia excelsa*) se encontram produtivos no período de *imelãm*, os açazais (*Euterpe oleraceae*) em *iromu* e os babaçuais (*Attalea speciosa*) durante todo o complexo sazonal *imelãm/iromu*. Também possuem a habilidade para identificar os locais que têm perdido a sua porção de vegetação composta por árvores de grande tamanho, denominadas genericamente capoeiras, onde se estabelecem os roçados. Os roçados são despejados da vegetação no período de *iromu* e a plantação das espécies vegetais durante o período de *imelãm* para aproveitar as chuvas. Após estabelecidos, permanecem produtivos durante todo o complexo sazonal *imelãm/iromu* por vários anos.

Apesar de existir essas diferenciações nas percepções desses elementos sazonais, geográficos e biológicos, de acordo com as observações e informações levantadas, essas variações não são concebidas como de ocorrência independente, porque estão em permanente ligação, integração e alternância dependendo do complexo sazonal *imelãm/iromu* (Builes-Puertas, 2024b). Essas dinâmicas de alternância dos elementos geográficos mediadas pela sazonalidade e o comportamento hidrológico, que são integrados no acervo de conhecimento das populações tradicionais, para a alimentação e sobrevivência, já têm sido descritos em vários trabalhos desenvolvidos na Amazônia (Balée, *et al.*, 2020; Koch-Grunberg, 2005; Folhes, 2019; Stoll *et al.*, 2019), mostrando sua importância para o conhecimento científico, o desenvolvimento sustentável e a formulação de estratégias para a mitigação dos impactos da crise climática e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do povo Arara (*Karib*) revela detalhes que bem poderiam ser comuns para muitos dos povos indígenas e de outras populações tradicionais no Brasil. As imposições hegemônicas sobre seus territórios e a dizimação sistemática de suas populações são exemplos dessa história comum. Sua resistência e elaboração de estratégias para o uso do território e a biodiversidade também poderiam ser comuns com outros povos indígenas e tradicionais da Amazônia. Em particular, as elaborações do acervo de conhecimento tradicional do território e da biodiversidade expressadas pelo grupo da TI Cachoeira Seca deixam ver sua utilidade e importância para garantir a alimentação e a sobrevivência, apesar do contínuo e intenso cercamento de seu território e de suas áreas de uso e assentamento, provocado pelas disposições oficiais para a realização de ações de geração de lucro e desenvolvimento econômico.

A análise das informações, permite ter um panorama geral da diáspora dos grupos Arara (*Karib*), para se estabelecer na região da Volta Grande do Xingu, em específico na margem esquerda, a partir de 1853. Após sucessivas tentativas de contato e convívio com os colonizadores do auge da exploração da borracha da seringueira (*H. brasiliensis*), os conflitos e as perseguições desses colonizadores resultaram no abandono dos locais de ocupação das margens dos rios Xingu e Iriri, desde 1917. A partir disso, os grupos considerados quase extintos, em 1948, se teriam assentado em locais da faixa de terras altas que causam a divisória de águas dos afluentes do interflúvio dos rios Tapajós Amazonas, Iriri e Xingu. Posteriormente, foram novamente impactados pelas imposições hegemônicas durante a implantação do PIN e a construção da Transamazônica BR-230. O cercamento das levas de trabalhadores, colonos e atividades de exploração da biodiversidade provocou a separação definitiva do grupo da TI Cachoeira Seca, ficando isolados dos demais grupos, até seu contato oficial com a FAA da Funai em 1987.

Essa permanente mobilidade, que incluía separação e concentração dos grupos, podia obedecer a diversas necessidades ou motivações, como as culturais, para a efetivação do intercâmbio de *ekuru* durante o período da seca (*iromu*) e a dispersão dos grupos no período das chuvas (*imelãm*), para aproveitar a produção sazonal e fortalecer as redes de aliança e cooperação. A mobilidade também foi o resultado de conflitos internos entre os grupos Arara, ou externos, com os *karei* (não indígenas), que invadiam as áreas de uso, assentamento e perambulação desses grupos indígenas. Nesse sentido, as percepções e elaborações do conhecimento tradicional sobre o território e a biodiversidade, foram fundamentais para garantir a alimentação, a reprodução física e a sobrevivência dos grupos Arara até o contato oficial da década de 1980.

A estratégia de uso do território e da biodiversidade, que compreende a alternância durante o complexo sazonal *imelãm/iromu* e seu efeito sobre a produtividade e comportamento das espécies usadas para a alimentação e sobrevivência, mostrou ter sido eficiente, eficaz e sustentável no tempo, devido a sua efetivação atual na TI Cachoeira Seca. Resulta interessante que o entendimento das implicações das variáveis biofísicas, no território e no comportamento das espécies biológicas, têm sido objeto de estudo, em campos como a geografia, a antropologia e a biologia, e fundamentais para a formulação de estratégias e diretrizes para o aproveitamento sustentável e a conservação da biodiversidade. Em oposição, na lógica reproduzida durante os períodos históricos e políticos do Brasil, seu maior interesse no território demonstrou ser a colonização para o desenvolvimento econômico e

a geração de lucro a partir da exploração, transformando as paisagens, gerando severos impactos no território e a biodiversidade e desatendendo as necessidades das camadas mais pobres e as populações indígenas e tradicionais.

Muitas dessas estratégias e elaborações do conhecimento tradicional dos Arara da TI Cachoeira Seca continuam sendo usadas na atualidade com modificações e adaptações, evidenciando o dinamismo deste acervo. Em tempos de mudanças climáticas e crise ambiental, e desenvolvimento sustentável, a aplicação da lógica do modelo de alternância para a alimentação e sobrevivência deste povo deveria ser mais apreciada e valorizada que a lógica não indígena, que prioriza lucro e o desenvolvimento econômico, sem se importar pelos impactos socioambientais ocasionados. Esse desbalanço afeta tanto os direitos constitucionais, desses e outros povos indígenas e tradicionais, quanto os direitos ambientais da sociedade brasileira. Finalmente, as informações aqui analisadas também são uma contribuição para o esvaziamento dos discursos desfavoráveis sobre “território vazio” e “despossuídos de conhecimento útil para civilização” usados para imposição hegemônica nos territórios dos povos indígenas e a exploração da biodiversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO KOWIT. 2022. Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca. *Iwaploné endyt Ugorog'mó tantpót karei inabyly wap*. associação Indígena do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca (KOWIT). www.guardioesdoiriri.org.br. @guardioesdoiriri. Aldeia Iriri. 80 p. Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2022/04/protocolo-cachoeira-seca-web.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2022.

BALÉE, W.; HONORATO-DE OLIVEIRA, V.; DOS SANTOS, R.; AMARAL, M.; ROCHA, B.; GUERRERO, N.; SCHWARTZMAN, E.; TORRES, M.; PEZZUTI, J. 2020. Ancient Transformation, Current Conservation: Traditional Forest Management on the Iriri River, Brazilian Amazonia. *Human Ecology*: Volume 48, pages 1–15. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10745-020-00139-3>. Acesso em: 09 abr. 2022.

BRASIL. 1910. Decreto nº 8.072 (20 de junho de 1910). Cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D8072.htm. Acesso em: 5 jun. 2021.

BRASIL. 1964. *Estatuto da Terra. Lei nº 4.504*, de 30 de nov. 1964. Regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais. Congresso Nacional. Presidência da República. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104451/estatuto-da-terra-lei-4504-64>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. 1967. *Lei nº 5.371*, de 5 de dezembro de 1967. Autoriza a instituição da “Fundação Nacional do Índio” e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=576664. Acesso em: 09 mai. 2021.

BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 nov. 2019.

BRASIL. 2007. Decreto 6040 de 07 de fevereiro de 2007. (Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 08 mai. 2024.

BRASIL. 2016. *Homologação Terra Indígena Cachoeira Seca-PA* (Decreto de 4 de abril de 2016). Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/dsn/dsn14369.htm#:~:text=DECRETO%20DE%202016,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 14 set. 2021.

BUILES-PUERTAS, D. F. 2007. El análisis uso/disponibilidad de área para determinar la utilización del hábitat por ungulados en la Amazonia. p.p. 261-278. Em: *Amazônia desde dentro: aportes a la investigación de la Amazonia colombiana*. Germán Palacio Castaneda (Ed.). Universidad Nacional de Colombia-Sede Amazonia. 303 p. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/7087>. acesso em: 21 fev. 2018.

BUILES-PUERTAS, D. F. 2024. Contribuições sobre a história do povo Arara (Karib) da TI Cachoeira Seca, um diálogo entre as fontes escritas e as vozes da memória coletiva sobre o contato com os *karei*. *Seminário Internacional América Latina e Caribe: Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias*. Grupo de Trabalho Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história apresentada América Latina e do Caribe. 1967-1984. Disponível em: <https://naea.website/editora-naea/Livros/isbn/978-85-7143-232-1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.

BUILES-PUERTAS, D. F. 2024. O complexo sazonal Imelãm/Iromu: um modelo de alternância do povo Arara da TI Cachoeira Seca, para o uso do território e a biodiversidade. *Seminário Internacional América Latina e Caribe: Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias*. Grupo de Trabalho Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável. 1905-1921. Disponível em: <https://naea.website/editora-naea/Livros/isbn/978-85-7143-232-1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.

CARNEIRO DA CUNHA, M. 2002. Introdução a uma história indígena. Em: *História dos índios no Brasil*. Manuela Carneiro da Cunha (ORG). São Paulo: Companhia das Letras Sec. Municipal de Cultura. 1ª Edição 1992. 2ª. Ed. 1998. 2ª Edição. 1ª Reimp. 2002. Editora Schwarcz. p.p. 9-24.

CLAUSS, O. 1886. Mapa Especial do Rio Xingu. Expedição Karl von den Steinen 1884-1885. In: COELHO-PENTEADO, V. (ORG.) 1993. *Karl von den Steinen: Um século de Antropologia no Xingu*. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). 1ª edição, impressão de 1993. São Paulo. 640 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=TnoaDf5U2sEC&oi=fnd&pg=PA19&dq=Karl+von+den+Steinen+Um+S%C3%A9culo+de+Antropologia+no+Xingu+1993&ots=pUwYZurwRG&sig=axcv16EzbgktgVI3ej-VOpYvO4c#v=onepage&q=Karl%20von%20den%20Steinen%20Um%20S%C3%A9culo%20de%20Antropologia%20no%20Xingu%201993&f=false>. Acesso em: 12 jan. 2022.

COUDREAU, H. 1897. *Voyage au Xingu*. Éditeur A Lahure. 240 p. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Acoudreau-1897-xingu/Coudreau_1897_Xingu_BibSenado.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

DE-FIGUEIREDO, L.V.S. 2013. História e Direito: Política Indigenista. Quarto artigo da série História e Direito, 100 anos. Revista Trimestral de Jurisprudência.

FOLHES, R. A. 2019. gênese da transumância no baixo Rio Amazonas: arranjos fundiários, relações de poder e mobilidade entre ecossistemas. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 38, n. 1, p. 138–158, 2018. DOI: 10.5216/bgg.v38i1.52818.

IBGE. 2022. Conheça cidades e estados do Brasil. Sistema agregador de informações do IBGE sobre os municípios e estados do Brasil. Histórico das cidades do Estado do Pará. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

ISA. 2023. Base cartográfica da Terra do Meio: Unidades de Conservação; TI Cachoeira Seca; Transamazônica BR-230, estradas e ramais; hidrografia principal e secundária; aldeias indígenas e localidades beiradeiras.

KOCH-GRUNBERG, T. 2005. Dois anos entre os indígenas: viagens ao noroeste do Brasil (1903-1905). Editora da Universidade Federal do Amazonas-EDUA. Faculdade Salesiana Dom Bosco-FSDB. 627 p.

LIEBENBERG, L. 2011. The Western Kgalagadi Conservation Corridor Project. CyberTracker Conservation. Patron: Edward O. Wilson, Harvard University www.cybertracker.org. 12 P.

LIEBENBERG, L. 2012. *The Art of Tracking, the Origin of Science*. New Africa Books; 1st edition. ISBN-13:978-0864861313. 192 p.

LIEBENBERG, L. 2013. Tracking Science: The Origin of Scientific Thinking in Our Paleolithic Ancestors. Sceptic magazine. volume 18 number 3. p.p. 18-23. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/260157667_Tracking_Science_The_Origin_of_Scientific_Thinking_in_Our_Paleolithic_Ancestors. Acesso em: 18 ago. 2021.

MILANEZ, F. 2015. Memórias Sertanistas. Cem anos de indigenismo no Brasil. Felipe Milanez (ORG). Edições Sesc. São Paulo. 420 p.

MONTEIRO, R. 2020. Amazônia: espaço-estoque, a negação da vida e das esperanças teimosas. Editora Dalcídio Jurandir. 278 p.

NIMUENDAJU, K. 1948. Tribes of the lower and middle Xingú River. Handbook of South American Indians. Julian H Steward (ED). Vol 3: The Tropical Forest Tribes. Smithsonian Institution. Bureau of American Ethnology. Bulletin 143. p.p. 213-243. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hsai%3Avol3p213-243/vol3p213-243_lower_xingu.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

SANTOS, K. D. S. dos. 2017. “Eu não quero o lugar dos outros”: direitos e conflitos na Terra Indígena Cachoeira Seca. 276 p. Dissertação de Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia. Área de Concentração: Bioprospecção e Manejo de Recursos Naturais da Amazônia. Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia. Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA, Santarém. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/54666308/Kerlley_SANTOS_Dissertacao_posdefesa.pdf?1507554421=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEu_ao_quero_o_lugar_dos_outros_direito.pdf&Expires=1635195382&Signature=FZSXivGxW3zVQXLLIUEM7CfdtEwZlnpb6b4~6wcY-TWmZYpCT2QvKUPSn~CIJlqwbPDRVzJhFo7nSWuJ3kntVlroNUuHrpA4lTK7Rx1Yxxp~7lFM-DYXJWWvrQIYGoWCIwKj7PZwHG8U4X~GiCiMs6lCXGxTLbzGjozyGGpoo7RldZN1CD-NJ3JO8OeAca5lM19f~u~wbdt6~VIPIQyDaTA5lIMN3f22WPCAUKSxld6~ugoZDUMNqwcZKCl72EuMlurL5wOkPgo2BMovHqtPbKG-r36RhNbpileglet5JXzvGnavM-rw-BjrktfP8svsc~4Gq-vVZAQZD1zAV4jDQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 20 out. 2021.

STOLL, E.; ALENCAR, E.; FOLHES, R.F.; MEDAETS, C.V. 2019. Paisagens evanescentes: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA. Universidade Federal do Pará-UFPA. Belém-PA. 244 p. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/644>. Acesso em: 04 abr. 2022.

TEIXEIRA-PINTO, M. 1997. Ieipari: sacrifício e vida social entre os índios Arara (Caribe). Editora Anpocs/Hucitec/UFPR. Baseado na tese de Doutorado: Ieipari: ensaio sobre um tema ritual Arara. Rio de Janeiro: UFRJ-Museu Nacional (1996). 422 p.

TONACCI, A. 1980. Os Arara. Realização: Interpovos Bandeirantes. Câmara Auxiliar: Adriana Mattoso. Editor: Juraci de Amaral Jr. Género: Documentário. Duração: 1 h. 47 min. (dividido em dois episódios).

TORRES, M.; DOBLAS, J.; ALARCON, D. F. 2017. Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agronômico da Amazônia. 244p. Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/dono_e_quem_desmata_conexoes_entre_gril.pdf. Acesso em: 03 ago. 2022.

VILLAS BÔAS, A.; ANDRADE, A.M.; POSTIGO, A. 2017. Terra do Meio/Xingu. Os saberes e as práticas dos beiradeiros do rio Iriri e Riozinho do Anfrísio no Pará. Instituto Socioambiental-ISA. Realização: Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio (Amora). Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Rio Iriri (Amorero). Associação dos Extrativistas do Rio Iriri / Maribel (Aerim). Instituto Socioambiental-ISA. Mapas: Juan Doblás Prieto e Camila Bonassio. São Paulo. 524 p. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/Livro_Terra_Meio-baixa.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.